



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006836-30.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Marcos Vinicius Nunes**
 Requerido: **BANCO FICSA S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

MARCOS VINICIUS NUNES propôs ação de obrigação de fazer c/c danos morais e pedido de tutela de urgência em face de **BANCO FICSA S/A**. Alegou ter sido surpreendido com protesto em seu nome junto ao Cartório de Protestos de Pouso Alegre/MG, referente a débitos de IPVA da motocicleta HONDA/CBX 250 TWISTER, Placa: GSR- 1244, dos anos de 2012 a 2017, no valor de R\$ 884,28. Que a motocicleta nunca foi sua. Tramitou na 1ª Vara Cível local ação declaratória de inexistência dos débitos relativos ao financiamento c/c dano moral, a qual reconheceu a inexistência de relação jurídica entre autor e réu, já que a compra do bem se deu por terceiro alheio à lide, se fazendo passar pelo autor. Na ocasião foi determinada a baixa do protesto e a indenização por dano moral no valor final de R\$10.000,00. Aduziu que entende ser do requerido a obrigação de dar baixa junto ao Detran, o que teria evitado a ocorrência da atual negativação. Requereu os benefícios da gratuidade, a tutela antecipada para a baixa no protesto existente, a confirmação da tutela e a condenação do banco ao pagamento de danos morais.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 09/38 e posteriormente às fls. 44/51.

Concedidos os benefícios da gratuidade processual às fls. 55/56, bem como deferida a liminar pleiteada.

O banco requerido, devidamente citado (fl.61), apresentou resposta em forma de contestação às fls. 62/69. Asseverou já ter havido condenação nos autos que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tramitaram pela 1ª Vara Cível local, referente aos danos morais pleiteados. Que o protesto existente não foi gerado por ele, não podendo ser responsabilizado pelo ocorrido. Que cabia ao autor a comunicação ao Detran, visto que não ficou determinada em sentença a sua obrigação. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos de fls. 70/79.

Réplica às fls. 88/90.

Ofício recebido às fls. 99/101.

Instados a se manifestarem sobre a necessidade de produção de provas, o autor se manifestou às fls. 105/107, reiterando os termos da inicial e requerendo que se oficie ao cartório de protestos de Pouso Alegre, determinando-se a baixa no apontamento, objeto desta ação. O réu silenciou.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

De início, ressalto que a gratuidade foi deferida observando-se os documentos trazidos aos autos, pelo autor. O banco réu, entendendo ser caso de impugnação ao benefício concedido, deveria ter promovido a comprovação de que a capacidade financeira do beneficiário comportaria o pagamento das custas do processo e dos honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Este, entretanto, nada trouxe de concreto aos autos, limitando-se a informar que entende ser notória a capacidade financeira do autor, algo inadmissível.

Pois bem, não havendo preliminares a serem analisadas, passo ao mérito.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c danos morais que o autor intentou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

diante do protesto indevido de título em seu nome, pelo Detran, por constar no referido órgão como proprietário da motocicleta descrita na inicial.

O autor alega, com razão, que nunca foi proprietário da motocicleta que ensejou o protesto de seu nome por débitos de IPVA. A r. sentença proferida no processo nº 498/2010 – 1ª Vara Cível de São Carlos, declarou a inexistência de relação jurídica do autor com o réu, concernente ao contrato de empréstimo da motocicleta, condenando o requerido ao pagamento dos danos morais, aumentados pelo E. Tribunal de Justiça para o montante de R\$10.000,00. (fl. 16). *In verbis*:

"Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para declarar inexistente a relação jurídica havida (contrato nº 6003963558220250 – cf. fs. 56) e consequentemente o débito contraído (entre as partes), e condenar à requerida a pagar à autora a quantia de R\$6.780,00 (seis mil setecentos e oitenta reais) a título de danos morais, com correção monetária a conta da publicação desta e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação"

Assim, inexistindo qualquer relação do autor com o bem descrito nos autos, adveio protesto de seu nome, agora devido à falta de pagamento dos valores de IPVA dos anos de 2012 a 2017.

Ora, não era e nunca foi sua a obrigação quanto ao pagamento de qualquer valor referente à motocicleta, já que devidamente comprovado que esta nunca lhe pertenceu.

Decorrência lógica da declaração da inexistência da relação jurídica, era do réu a obrigação de comunicar ao DETRAN a desvinculação do nome do autor junto aos órgãos administrativos, já que foi ele mesmo quem o indicou, outrora, como proprietário do bem, quando da realização do suposto financiamento.

A responsabilidade pelos cadastros, exame de documentos, celebração de contratos, lançamento de restrições negativas, entre outras operações, é da parte requerida, que deverá arcar com os riscos a que está sujeita no desempenho de suas atividades.

Aliás, ao que parece, o réu não agiu com a cautela necessária, tanto na elaboração do contrato, quanto posteriormente, quando deveria proceder à regularização



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dos cadastros do veículo.

No caso, a parte requerida deu causa a mais uma mácula indevida no nome do autor e, conseqüentemente, deverá arcar com o dano gerado.

Diz o art. 186, do Código Civil que: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". E ainda o art. 927, *caput*, do mesmo diploma legal dispõe: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Tratando-se, pois, de débito inexigível, é certo que a anotação que dele decorre gera o dever de indenizar. Nesse sentido:

"4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se *in re ipsa*". (STJ, REsp nº 1.435.216 - RJ (2014/0031243-1) Relator MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, julgado em 31.06.16).

Sendo assim, o dano moral se configura apenas com a negativação injustificada e errônea. O constrangimento ocorre simplesmente pela inscrição indevida, já que se trata de dano *in re ipsa*.

Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO CÍVEL – Ação declaratória de inexigibilidade de IPVA com pedido de danos morais. Protesto de valores já pagos, embora pagos tardiamente. Protesto indevido – Dano moral -- cabimento no caso concreto – Presunção de prejuízo. Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura "*in re ipsa*", isto é, prescinde de prova. Precedentes do C. STJ e C. Corte neste sentido. Valor da indenização por danos morais fixada em dez vezes o valor do protesto indevido. Patamar da indenização que se mostra excessivo consideradas as particularidades do caso. Indenização que deve ser reduzida inclusive considerando que o atraso no pagamento do IPVA, embora não justifique a realização do protesto indevido, contribuiu para que situação ocorresse. Danos morais reduzidos a R\$ 2.500,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

R. sentença parcialmente reformada, somente em relação ao valor da condenação. Sucumbência recíproca - honorários a serem fixados para ambas as partes nos termos do artigo 85, § 14, do CPC/2015. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP; Apelação 1054597-89.2016.8.26.0114; Relator (a): Flora Maria Nesi Tossi Silva; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro de Campinas - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 04/10/2017; Data de Registro: 09/10/2017)

Por fim, cumpre destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização, tais como a conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor, a gravidade do dano e o valor da anotação. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela requerente, tendo, ainda, caráter pedagógico, de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pela parte ré.

Nesses termos, fixo a indenização por dano moral em R\$10.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos iniciais, com fundamento no art. 487, inciso I, do NCPC para determinar a baixa dos apontamentos referentes ao débito protestado e condenar a ré a pagar à parte autora a indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00. Fica confirmada a tutela antecipada. Oficie-se ao cartório de protesto de letras e títulos de Pouso Alegre, a fim de que proceda a baixa do protesto ora discutido. Sobre o valor da condenação incidirão juros de mora e correção monetária a partir da data da publicação desta sentença, visto que o decurso do tempo também foi levado em consideração para a fixação do montante da indenização.

Vencido, o banco réu arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 23 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**